C/2024/877

6.2.2024

# Parecer do Comité Económico e Social Europeu — Políticas e estratégias energéticas na região euro-mediterrânica

**(parecer de iniciativa)**

(C/2024/877)

Relator: **Ioannis VARDAKASTANIS**

Correlatora: **Maria Helena DE FELIPE LEHTONEN**



| | |
|---|---|
| Decisão da Plenária | 23.2.2022 |
| Base jurídica | Artigo 52.º, n.º 2, do Regimento |
| | Parecer de iniciativa |
| Competência | Secção das Relações Externas |
| Adoção em secção | 28.9.2023 |
| Adoção em plenária | 26.10.2023 |
| Reunião plenária n.º | 582 |
| Resultado da votação | |
| (votos a favor/votos contra/abstenções) | 214/2/3 |



## 1. **Conclusões**

1.1. A região do Mediterrâneo será desproporcionadamente afetada pela crise climática e já foi identificada como um ponto crítico da crise climática a nível mundial.

1.2. A transição de uma economia assente em hidrocarbonetos para uma assente em energias renováveis na região euro-mediterrânica pode vir a revelar-se um instrumento valioso para o crescimento económico sustentável e inclusivo, o comércio regional e a cooperação.

1.3. Passar de um sistema energético baseado em combustíveis fósseis para um regime de energias renováveis tem inevitavelmente consequências geopolíticas, económicas e sociais, gerando «perdedores da transição», situação que pode ser atenuada pela União Europeia.

1.4. Dadas as complementaridades energéticas entre o Norte e o Sul, as interconexões energéticas são cruciais para desenvolver um sistema energético integrado na região euro-mediterrânica.

1.5. As micro, pequenas e médias empresas (MPME) poderão ser parte essencial de uma nova estratégia energética europeia na região euro-mediterrânica.

## 2. **Introdução**

2.1. A região mediterrânica tem tido uma importância estratégica para o abastecimento energético da UE, principalmente devido à energia proveniente de combustíveis fósseis importada de vários países da região. As relações no domínio da energia na região mediterrânica têm-se caracterizado tanto pela cooperação como por tensões estratégicas. É expectável que o atual contexto geopolítico e energético venha a reforçar a importância da energia, colocando-a no centro das relações euro-mediterrânicas.

2.2. A região do Mediterrâneo será desproporcionadamente afetada pela crise climática e já foi identificada como um dos pontos críticos da crise climática a nível mundial. Considerando a gravidade da situação, torna-se imperioso cumprir os objetivos do Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Uma vez que o setor do abastecimento energético é o que mais contribui para as emissões de gases com efeito de estufa, é prioritário acelerar a transição energética dos combustíveis fósseis rumo à neutralidade carbónica na região do Mediterrâneo.

2.3. Embora os países da UE tenham elaborado políticas para diversificar a sua matriz energética a fim de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa, o que acabou por conduzir à adoção da estratégia de transformação mais ambiciosa do mundo — o Pacto Ecológico Europeu —, os países do Mediterrâneo Meridional e Oriental não estão atualmente a avançar ao mesmo ritmo no sentido de descarbonizar o seu setor energético. Neste aspeto, o Pacto Ecológico Europeu é um modelo inspirador, um instrumento fundamental para reforçar a cooperação no domínio da energia e criar uma oportunidade de estabelecer uma política energética mais sustentável em todo o Mediterrâneo.

2.4. O Mediterrâneo dispõe de importantes fontes de energia renováveis, que oferecem oportunidades únicas de segurança energética e de cooperação em toda a região. Os países do Mediterrâneo Meridional e Oriental, em particular, estão entre os países com maior potencial de energia solar no mundo. Este potencial de energias renováveis contrasta com a atual situação do panorama energético mediterrânico, marcado pela desigualdade e diversidade. Um novo panorama energético baseado nas energias renováveis permitirá incluir mais países no comércio internacional de energia.

2.5. Embora os países do norte do Mediterrâneo tenham registado uma diminuição da procura de energia, a procura de energia nos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental continua a aumentar, impulsionada pelo crescimento demográfico e económico e pela eletrificação. Segundo as projeções, é possível que venha a gerar-se um fosso significativo entre a procura e a oferta nas próximas décadas no Mediterrâneo Meridional.

2.6. Para além da transição energética, a guerra travada pela Rússia na Ucrânia perturbou significativamente o panorama energético, que já era muito volátil no rescaldo da pandemia de COVID-19, chamando a atenção para outro pilar fundamental das políticas energéticas: a segurança do abastecimento energético. Como consequência da invasão russa, a UE decidiu eliminar progressivamente a sua dependência em relação aos combustíveis fósseis russos, lançando o plano REPowerEU destinado a aumentar as poupanças de energia, diversificar o abastecimento energético e acelerar a implantação das energias renováveis. Assim, a Comissão Europeia publicou uma comunicação conjunta em que se apresenta a ação externa da UE no domínio da energia num mundo em mudança, conferindo à Vizinhança Meridional um papel crucial no que toca a diversificar o abastecimento de gás da UE e a promover a cooperação e o comércio no domínio das energias renováveis, colocando a região no centro do panorama energético emergente.

3. **Observações gerais**

3.1. Uma transição justa e equitativa rumo a economias e sociedades circulares, com baixas emissões, inclusivas, resilientes, sustentáveis e eficientes em termos energéticos e de recursos é um objetivo comum dos 43 países membros da União para o Mediterrâneo (UM), tal como referido na Declaração Ministerial da União para o Mediterrâneo sobre Energia (14 de junho de 2021, Lisboa). Assim sendo, a transição energética na região do Mediterrâneo requer uma redução mais rápida e substancial da produção e do consumo de combustíveis fósseis, tanto no setor industrial como no doméstico. O desenvolvimento em massa das energias renováveis, que, juntamente com a eficiência energética, permite alcançar os objetivos de neutralidade carbónica, continua abaixo da média mundial, representando 11 % do consumo total de energia no Mediterrâneo.

3.2. Como se referiu na conferência do Comité Económico e Social Europeu (CESE) sobre a Geopolítica do Pacto Ecológico Europeu, este pacto, que coloca a UE na vanguarda da transição energética, é um poderoso catalisador de uma ação coordenada. Nesse sentido, a dimensão externa do Pacto Ecológico Europeu passa por a UE mobilizar os seus vizinhos para partilharem as mesmas ambições e se juntarem a si na mesma via de sustentabilidade, o que não é atualmente o caso na região do Mediterrâneo. Para a UE, é especialmente importante evitar o risco de fuga de carbono.

3.3. No entanto, os países do Mediterrâneo Meridional e Oriental comprometeram-se com objetivos ambiciosos de redução das suas emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente através do desenvolvimento das energias renováveis e da melhoria da eficiência energética. Só será possível alcançar estes objetivos se houver uma vontade política clara e apoio técnico e financeiro externo.

3.4. Os investimentos na energia necessários para alcançar a neutralidade carbónica até 2050 na região mediterrânica são consideráveis: as perspetivas energéticas mediterrânicas de 2022 do Observatório Mediterrânico da Energia (OME) estimam que excedem os 6 700 mil milhões EUR. O mesmo estudo indica que metade desses investimentos terão de ser realizados nos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental. Os investimentos em energias renováveis representariam, por si só, 70 % desse montante.

3.5. A dimensão externa do Pacto Ecológico Europeu, a nova Agenda para o Mediterrâneo e a recente estratégia energética externa da UE conferem à UE um papel importante na promoção das energias renováveis e da eficiência energética na sua Vizinhança Meridional. Este papel deverá ser canalizado principalmente através do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDCI — Europa Global), 30 % do qual será dedicado à luta contra as alterações climáticas e ambientais. Neste contexto, é da maior importância que a UE e os

seus parceiros finalizem os programas indicativos plurianuais que definem os domínios de cooperação prioritários, o que permitirá acelerar a prestação da assistência financeira da UE para 2021-2027. Por enquanto, a programação da assistência financeira da UE só foi concluída com muito poucos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental (Egito e Jordânia). Por outro lado, a parceria ecológica assinada pela UE e por Marrocos em outubro de 2022, com vista a tornar a dimensão externa do Pacto Ecológico Europeu uma realidade, deve tornar-se um modelo de cooperação entre a UE e os países do Mediterrâneo Meridional e Oriental, a fim de acelerar a transição ecológica.

3.6. A promoção de infraestruturas de energias renováveis em todo o Mediterrâneo pode vir a revelar-se um instrumento valioso para o crescimento económico sustentável e inclusivo, o comércio regional e a cooperação. O desenvolvimento destas infraestruturas pode constituir uma nova oportunidade para que a região mediterrânica se transforme num dos principais fornecedores de energia para o mercado europeu, reforçando simultaneamente a segurança energética dos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental. Além disso, o desenvolvimento do setor das energias renováveis estimula a criação de emprego (altamente qualificado) e a prosperidade e contribui para o desenvolvimento sustentável das economias do Mediterrâneo Meridional e Oriental. Através do Mediterrâneo, a União Europeia pode posicionar-se como líder da transição energética e da transformação industrial. Com efeito, as principais indústrias do setor das tecnologias ecológicas da UE podem reforçar a sua posição na região e no mundo através do investimento nas oportunidades proporcionadas pelos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental.

3.7. A vantagem comparativa do Mediterrâneo na produção de energia solar e eólica, bem como as suas sinergias com a crescente indústria do hidrogénio limpo, são evidentes. É igualmente claro que as energias renováveis ligadas à energia solar e eólica se tornaram a fonte de energia mais barata graças à rápida diminuição dos custos, proporcionando assim oportunidades para alcançar o ODS 7 — «Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis, modernas e a preço acessível para todos».

3.8. Nos últimos anos, o hidrogénio renovável atraiu muita atenção, como forma crucial de ajudar a alcançar os objetivos de neutralidade carbónica. Por constituir uma solução revolucionária para descarbonizar os transportes pesados e os processos industriais, permitindo ao mesmo tempo armazenar e transportar uma energia renovável, tornou-se uma prioridade importante do Pacto Ecológico Europeu.

3.9. O Mediterrâneo Meridional foi identificado como um dos três principais corredores para as importações de hidrogénio renovável pela UE num mundo em mudança. Dado o seu enorme potencial em matéria de energias renováveis, a sua proximidade geográfica e os custos potencialmente baixos da produção de hidrogénio a longo prazo, os países do Mediterrâneo Meridional e Oriental estão numa posição única para se colocarem no centro da cadeia de abastecimento de hidrogénio renovável da UE. A nova Agenda para o Mediterrâneo estabeleceu o objetivo de instalar uma potência eletrolítica de, pelo menos, 40 *gigawatts* na vizinhança da UE até 2030.

3.10. Após a visita da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao Cairo, em junho de 2022, foi anunciada a criação de uma Parceria Mediterrânica para o Hidrogénio com o Egito, a fim de desenvolver o setor das energias renováveis deste país, a produção de hidrogénio hipocarbónico e renovável e as infraestruturas e redes elétricas necessárias. Seguiu-se um memorando de entendimento sobre uma parceria estratégica para o hidrogénio renovável, assinado pela UE e pelo Egito à margem da COP27. A este respeito, é do interesse da região alargar esta parceria a outros países vizinhos, criando uma Parceria Mediterrânica para o Hidrogénio genuína e multilateral. Neste contexto, é importante tirar pleno partido do potencial da plataforma de gás da UM quando se abordar a questão do hidrogénio. O Fórum do Gás do Mediterrâneo Oriental (EastMedGas) é outro exemplo de uma plataforma de cooperação que poderia ser alargada às energias renováveis e ao hidrogénio renovável.

3.11. Embora seja um pilar da transição energética rumo a economias neutras em termos de carbono, bem como um fator chave da segurança energética, a eficiência energética tem atraído relativamente pouca atenção dos países da UM. Apesar de haver grande potencial na região mediterrânica para melhorar a eficiência energética, esta questão ainda se encontra numa fase incipiente, segundo a MedECC (rede de peritos mediterrânicos em alterações climáticas e ambientais). No entanto, a eficiência energética pode contribuir substancialmente para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e criar oportunidades de emprego, além de que reduz os custos e aumenta a produtividade das empresas, o que é fundamental no contexto atual. Os transportes, a indústria e a construção são setores em que é possível obter ganhos significativos, especialmente nos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental, onde a procura de energia aumentará substancialmente até 2050.

3.12. As poupanças de energia e a eficiência energética tornaram-se uma grande prioridade para a UE, tal como referido no plano REPowerEU, nomeadamente a fim de garantir a segurança energética a curto prazo. A estratégia energética externa da UE afirma também fazer da poupança de energia e da eficiência energética uma prioridade mundial, e a sua experiência regulamentar, legislativa e de definição de normas poderá constituir um exemplo atrativo a seguir. Na região mediterrânica, a nova Agenda para o Mediterrâneo e a Declaração Ministerial da UM sobre a Energia incluíram entre as suas prioridades a integração das medidas de eficiência energética em todos os setores e políticas. A este respeito, a Plataforma para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética da UM é um instrumento interessante para promover medidas de eficiência energética nos países da UM, cujo potencial poderia ser plenamente explorado.

3.13. Na região mediterrânica, o gás natural tem desempenhado um papel na transição energética para modos de produção e de consumo sustentáveis, substituindo o carvão e o petróleo na matriz energética. Este papel foi confirmado pelo facto de a taxonomia da UE conceder o estatuto de «atividades de transição que contribuem para a mitigação das alterações climáticas» a determinados gases fósseis por um período de tempo limitado, em função de condições específicas e de requisitos de transparência. Prevê-se que o gás natural continue a desempenhar um papel importante na matriz energética da UE até 2030, após o que a sua utilização diminuirá, em consonância com os compromissos em matéria de neutralidade climática.

3.14. Tal como se refere na Declaração Ministerial da UM sobre a Energia e no Memorando de Entendimento assinado recentemente entre a UE, o Egito e Israel, é extremamente importante que sejam envidados esforços para descarbonizar a cadeia de abastecimento de gás natural na região do Mediterrâneo, especialmente no que diz respeito às fugas de metano. Para tal, poder-se-ia afetar fundos específicos aos esforços de investigação e desenvolvimento.

3.15. A descoberta de importantes reservas de gás natural no Mediterrâneo Oriental surgiu como uma grande oportunidade para os países do litoral e para toda a região. Espera-se que a exploração e monetização das reservas de gás natural em Chipre, no Egito e em Israel contribuam para o desenvolvimento económico da região, promovam sinergias e melhorem a segurança energética europeia através da diversificação do abastecimento de gás natural ao mercado europeu e da redução da importância da Rússia nesse abastecimento. Esta questão tornou-se prioritária à luz da deterioração das relações com a Rússia e da forma como este país usou o abastecimento de gás natural como arma no seu conflito com a Ucrânia.

Neste contexto, têm sido discutidos vários projetos de transporte de gás natural do Mediterrâneo Oriental para o mercado europeu. O projeto de gasoduto do Mediterrâneo Oriental (EastMed) destinava-se a ligar os campos de gás natural israelitas, egípcios e cipriotas ao mercado europeu através da Grécia. No entanto, os conflitos políticos não resolvidos e as rivalidades regionais no Mediterrâneo Oriental, incluindo as tentativas da Turquia de contestar as zonas económicas exclusivas da Grécia e da República de Chipre, têm levado a que o grau de risco geopolítico de eventuais grandes investimentos na região permaneça elevado. Nestas circunstâncias, o custo da extração e do transporte de gás natural através do gasoduto EastMed proposto tem-se mantido a níveis proibitivamente elevados para o mercado europeu do gás natural.

3.16. As reservas locais de gás natural darão um contributo fulcral para satisfazer as crescentes necessidades energéticas dos Estados costeiros do Mediterrâneo Oriental, podendo um excedente ser exportado sob a forma de gás natural liquefeito (GNL) para o mercado mundial — e, em particular, para a UE — através do Egito, oferecendo uma solução parcial para o problema da monetização.

3.17. No âmbito do plano REPowerEU, destinado a pôr termo à dependência da UE em relação ao gás russo o mais rapidamente possível após a invasão da Ucrânia pela Rússia, e tal como estabelecido na estratégia externa da UE, está a pedir-se aos fornecedores de GNL e de gás transportado por gasodutos no Mediterrâneo Meridional e Oriental (Egito, Israel, Argélia) que desempenhem um papel mais importante na diversificação do abastecimento de gás à UE e no aumento dos seus fornecimentos à UE. O Memorando de Entendimento assinado pela UE, o Egito e Israel ilustra a importância da cooperação baseada no comércio de gás natural na região e da reconfiguração das relações energéticas a favor dos operadores mediterrânicos, desencadeada pela invasão russa da Ucrânia. A instabilidade política impede a Líbia de desempenhar um papel mais importante neste novo contexto, apesar das suas reservas consideráveis de gás natural.

## 4. **Desafios e oportunidades**

4.1. A integração do mercado energético mediterrânico pode constituir uma meta fundamental para alcançar os objetivos da transição energética, incluindo o aumento das energias renováveis, a garantia da segurança energética, a diversificação do abastecimento e a redução dos custos do sistema elétrico. Nenhum país pode operar uma transição bem-sucedida sem produzir, armazenar e exportar energia limpa, sem ligar a sua rede às redes dos seus vizinhos e sem fazer parte de uma nova infraestrutura e de um novo modelo de saber-fazer, de tecnologia e de governação, em consonância com o Pacto Ecológico Europeu.

Dadas as complementaridades energéticas entre o Norte e o Sul, as interconexões energéticas são cruciais para desenvolver um sistema energético integrado na região euro-mediterrânica. No entanto, como se refere no relatório da UM e da OCDE sobre a integração regional na União para o Mediterrâneo, as interligações ainda se encontram numa fase inicial de desenvolvimento na região do Mediterrâneo. Atualmente, apenas a Turquia e o Magrebe estão ligados e sincronizados com o sistema elétrico da UE, e a interligação transfronteiriça entre Marrocos e Espanha é a única linha que liga a UE ao Mediterrâneo Meridional. São necessárias mais interligações, especialmente a fim de desenvolver a flexibilidade do sistema de alimentação elétrica no âmbito de um sistema energético renovável e baseado na eletricidade na região euro-mediterrânica, que é frequentemente descrita como uma «comunidade de rede natural» (Escribano).

4.2. Estão em curso vários projetos de interligação em todo o Mediterrâneo, incluindo o projeto da Interligação Euro-Africana (o maior cabo de interligação do mundo, que está a ser construído entre o Egito, Chipre, a Grécia e a UE), o projeto de interligação Itália-Montenegro-Sérvia-Bósnia-Herzegovina (a primeira interligação entre a UE e os Balcãs Ocidentais para o comércio de energias renováveis) e a Interligação Elmed (interligação de eletricidade entre a Tunísia e Itália para o comércio de eletricidade). O Plano Diretor para a Interconexão da Eletricidade no Mediterrâneo, de 2020, elaborado pelos operadores mediterrânicos de redes de transporte, identificou 15 projetos de interligação e fornece análises quantitativas e qualitativas que comprovam a viabilidade da cooperação regional multilateral.

4.3. Tirando partido do mercado interno da energia da UE, os países situados na periferia das fronteiras mediterrânicas da UE estão bem colocados para se tornarem plataformas de importação para a entrada de energias renováveis de baixo custo no mercado da UE. Tal seria o caso, nomeadamente, de Espanha, Malta, Itália, Grécia e Chipre. É possível prosseguir as relações comerciais da UE com parceiros externos em linha com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

4.4. Importa envidar esforços para colmatar a falta de um quadro regulamentar harmonizado aos níveis regional, nacional e sub-regional, que constitui um obstáculo ao desenvolvimento de um mercado da energia integrado no Mediterrâneo. A interoperabilidade dos sistemas elétricos e a gestão adequada das interligações são elementos importantes a ter em conta. A falta de interligações modernas Sul-Sul ou a sua baixa utilização, com um comércio de eletricidade limitado (nomeadamente no caso do Magrebe, apesar das interligações existentes), deve ser alvo da atenção dos decisores políticos e dos operadores de energia.

4.5. A cooperação triangular no domínio da energia no Mediterrâneo proporcionou mais oportunidades de colaboração nos últimos anos e espera-se que continue a ser um modelo eficaz assente numa abordagem vantajosa para todas as partes, especialmente no Mediterrâneo Oriental, entre países como a Grécia, Chipre, Egito, Israel e Jordânia. O aumento da cooperação triangular, especialmente no que diz respeito às energias renováveis, poderia promover mais trocas e contribuir também para melhorar as relações bilaterais na região.

4.6. Um dos principais desafios para acelerar a transição energética e alcançar a segurança energética na região do Mediterrâneo está relacionado com o financiamento de projetos energéticos fundamentais, especialmente de infraestruturas físicas dispendiosas. O esforço de financiamento depende dos governos, de assistência financeira internacional e do setor privado. O Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Mais (FEDS+), ao abrigo do IVCDCI — Europa Global, deverá ajudar a promover os investimentos públicos e privados na Vizinhança Meridional através de instrumentos financeiros inovadores.

4.7. A transição energética no Mediterrâneo requer que o setor financeiro privado deixe o investimento em combustíveis fósseis e passe a investir em projetos de energias renováveis. Segundo a OCDE, os investimentos diretos na região do Médio Oriente e Norte de África continuam desproporcionadamente focados em projetos de combustíveis fósseis, ao passo que o investimento em energias renováveis, embora esteja a aumentar, continua a ser inferior ao potencial do setor. Muitas das empresas de energia nacionais relevantes no Mediterrâneo são empresas de energia tradicionais, cujas carteiras são compostas principalmente por investimentos e atividades comerciais relacionados com combustíveis fósseis. No entanto, algumas dessas empresas estão a mudar cada vez mais as suas prioridades de investimento para o mercado das energias renováveis.

4.8. Para atrair mais investimento no setor da energia, é necessário melhorar o ambiente empresarial nos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental. Continua a haver entraves sistémicos em vários Estados mediterrânicos, relacionados com a concorrência, a liberalização dos mercados da eletricidade, a falta de autoridades reguladoras independentes e o acesso à terra. Esses entraves têm de ser resolvidos para facilitar o investimento. A assistência financeira da UE aos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental pode estar associada à execução de reformas destinadas a eliminar estes entraves.

4.9. Como debatido na Cimeira Euro-Mediterrânica de julho de 2023, poderão ser explorados e aplicados modelos de financiamento inovadores para acelerar a implantação de projetos no domínio das energias renováveis. A exploração de novos mecanismos de financiamento, como as obrigações verdes ou os fundos de investimento sustentável, pode reorientar o capital para projetos e infraestruturas energéticos fundamentais que apoiem a transição para uma energia limpa. O financiamento deve ser diversificado e repartido de forma equitativa entre os governos, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil. Estas organizações, em particular, desempenham um papel fundamental na atenuação dos impactos negativos da transição energética e devem receber apoio para aumentar as suas capacidades e recursos.

4.10. A colaboração com instituições e fundos financeiros internacionais permitirá reforçar o apoio financeiro às iniciativas de transição energética e ao desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis.

4.11. As MPME, que constituem a base das economias dos países do Mediterrâneo Meridional e Oriental, podem ser parte essencial de uma nova estratégia energética europeia na região euro-mediterrânica. Impulsionadoras de crescimento e de inovação, estas empresas têm um papel importante a desempenhar no desenvolvimento de tecnologias e em toda a cadeia de valor associada à transição energética, fornecendo conhecimentos e soluções a outras empresas, aos cidadãos e ao setor público em todo o Mediterrâneo.

4.12. É urgentemente necessário apoiar as MPME e os agregados familiares na compreensão e gestão da transição energética da melhor maneira possível. O CESE apela à Comissão Europeia e aos Estados-Membros para que prestem informação abrangente e direcionada e realizem ações de sensibilização, de forma coordenada e complementar, em conjunto com organizações empresariais, associações setoriais, parceiros sociais e outras partes interessadas pertinentes.

4.13. É muito importante que a UE e os Estados-Membros acelerem os investimentos ecológicos em MPME, assegurando um quadro regulamentar favorável, previsível e encorajador, bem como facultando o acesso rápido, fácil, simples e rastreável a financiamento, adaptado às necessidades dos mais diversos grupos de MPME.

4.14. A cooperação estreita entre os prestadores de serviços de educação e as MPME no sentido de adaptar a formação é essencial para dar resposta às necessidades de competências e de aptidões pertinentes para a transição ecológica. Além disso, o CESE estima essencial prestar apoio às atividades de inovação das MPME, incentivando e facilitando a cooperação com outras empresas, organizações empresariais, associações setoriais, universidades e organismos de investigação.

4.15. É essencial capacitar as comunidades para que participem ativamente nos processos de decisão, assegurando que as suas vozes são ouvidas e as suas necessidades são satisfeitas. É indispensável associar os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil ao longo de todo o ciclo político.

4.16. A cooperação com escolas, universidades e organizações da sociedade civil proporcionará às gerações mais jovens conhecimentos sobre as energias renováveis e a sustentabilidade. Tal permitirá aos jovens tornarem-se defensores da transição energética e participantes ativos na mesma.

4.17. O atual contexto decorrente da invasão russa da Ucrânia e a subsequente política da UE de pôr termo à sua dependência em relação aos combustíveis fósseis russos colocaram novamente o gás natural no centro das atenções. Estão atualmente a ser debatidos e planeados novos investimentos em infraestruturas de gás — principalmente infraestruturas de GNL e, em menor medida, gasodutos — e na exploração de gás, com o objetivo de aumentar e diversificar o abastecimento de gás natural à UE, incluindo a partir de fornecedores mediterrânicos. Estes investimentos podem manter a coerência com os objetivos climáticos da UE. As atuais considerações de curto prazo não podem desviar a UE e os seus parceiros mediterrânicos do princípio de que o gás natural deve continuar a ser uma fonte de energia de transição que será progressivamente eliminada a médio prazo.

4.18. A fim de tirar pleno partido dos terminais de GNL existentes, especialmente na Grécia, em Portugal e em Espanha, importa reforçar a integração energética da UE de forma a permitir o fluxo do gás natural importado para o resto da UE. O gasoduto da Interligação de Gás Grécia-Bulgária e a construção de um terminal de GNL no porto grego de Alexandroupolis são fontes de inspiração para uma futura cooperação energética mais aprofundada. Os planos para melhorar as ligações entre a Península Ibérica e o resto da Europa através de um «corredor verde», incluindo o projeto de gasoduto denominado «H2Med» para o transporte de hidrogénio (de Celorico até Zamora e de Barcelona até Marselha), recentemente acordado entre Portugal, Espanha e França, são coerentes com esta abordagem.

4.19. A cooperação euro-mediterrânica no domínio da energia pode ter em conta os ensinamentos retirados do fracasso de projetos de grande escala, como o Plano Solar Mediterrânico, o Desertec ou o Anel Euro-mediterrânico da Energia, que falharam devido à sua falta de realismo ou à forma simplista como viam as realidades complexas no terreno. É de levar melhor em conta as disparidades em termos de desenvolvimento, a fim de garantir que a cooperação euro-mediterrânica no domínio da energia continue a ser uma cooperação vantajosa para todas as partes, justa e realista. Nesse sentido, o acesso ao financiamento, o intercâmbio de conhecimentos e o reforço das capacidades devem ser as pedras basilares desta cooperação.

4.20. A atual perturbação do panorama energético conduziu a uma elevada volatilidade dos preços, o que, por sua vez, gerou pressões inflacionistas na maioria dos países da região mediterrânica. Além disso, os desequilíbrios relacionados com o abastecimento energético no contexto da transição energética afetam a acessibilidade dos preços da energia, ameaçando os agregados familiares vulneráveis e o acesso das MPME à energia. O impacto do aumento dos preços da energia nos consumidores e nas empresas pode ser atenuado, especialmente tendo em conta que as relações entre a água, a energia e os

alimentos estão na base da estabilidade socioeconómica e do bem-estar a longo prazo na região euro-mediterrânica. É importante assegurar que a transição para um sistema energético mais sustentável se foca no acesso a fontes de energia fiáveis e a preço acessível para todos, em consonância com o ODS 7, tornando o sistema energético justo e equitativo para todos os consumidores, ao ter em conta as disparidades territoriais, de género e sociais no acesso à energia, a fim de pôr termo à pobreza energética.

4.21. A transição de um sistema energético baseado em combustíveis fósseis para um regime de energias renováveis tem inevitavelmente consequências geopolíticas, económicas e sociais, gerando «perdedores da transição». Para que esta transição seja equitativa e socialmente justa, os governos podem acompanhar as indústrias de combustíveis fósseis e os seus trabalhadores através de regimes de recolocação em indústrias do futuro em ambos os lados da bacia do Mediterrâneo. A UE pode incentivar e apoiar a diversificação económica dos Estados rentistas que dependam excessivamente dos recursos de combustíveis fósseis, a fim de atenuar os impactos desestabilizadores da transição energética na região.

4.22. Tendo em conta a maior cooperação entre a UE e os seus países parceiros do Mediterrâneo Meridional no domínio da energia, poderia ser dada especial atenção à atualização dos acordos de associação existentes. Os capítulos sobre a energia e o investimento podem ser adaptados aos novos desafios. É também fundamental incluir capítulos sobre uma política comercial sustentável, a aplicação ambiciosa das convenções internacionais em matéria de direitos humanos e das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (liberdade de associação, negociação coletiva, trabalho forçado, trabalho infantil, igualdade de oportunidades e de tratamento).

Bruxelas, 26 de outubro de 2023.

*O Presidente*
*do Comité Económico e Social Europeu*

Oliver RÖPKE